

Auxílio a juízes é o dobro do valor pago a professores

VALE-ALIMENTAÇÃO Servidores do Executivo com remuneração de até R\$ 5 mil têm direito a R\$ 500 mensais; já os magistrados, cujo salário é de R\$ 33,6 mil, são contemplados com R\$ 1,1 mil

Karla Araújo
karla.araujo@opopular.com.br

Os magistrados do Estado de Goiás receberam ao longo do ano de 2019 auxílio-alimentação de R\$ 1.160, valor maior que o dobro pago a servidores ligados à Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc), que têm direito a R\$ 500 por mês. O benefício concedido aos juízes e desembargadores foi reajustado há quase um ano, em fevereiro de 2019, em 16%. Segundo o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJ-GO), o valor mudou para corrigir índices inflacionários do período.

O salário mensal dos juízes em Goiás é de R\$ 33,6 mil. Já os professores da rede estadual de ensino têm salários que variam entre R\$ 2,4 mil e R\$ 4,2 mil, dependendo da fase da carreira em que o profissional está. Os docentes da Universidade Estadual de Goiás (UEG) têm salários maiores, que também dependem da carreira e cargo. As remunerações variam de R\$ 2,4 mil a R\$ 20,6 mil. Na Seduc, o menor salário pago é para agente administrativo educacional de apoio, que recebe R\$ 998 no início da carreira e pode chegar a R\$ 1,3 mil. Os dados são da Secretaria de Estado da Administração (Sead).

A Seduc é a única pasta do Executivo em que todos os servidores recebem o auxílio-alimentação, independente da remuneração total. Nos demais órgãos, o pagamento é restrito a funcionários que recebem até R\$ 5 mil.

Tesoureira do Sindicato dos Trabalhadores em Educação de Goiás (Sintego), Ieda Leal afirma que ao comparar o auxílio de juízes e professores, o cenário é extremamente negativo. "O Estado deveria fazer a opção por valorizar trabalhadores que não estão nesta faixa salarial maior. Não quero dizer que pre-

cisa acabar com a carreira de juízes, mas dar importância à política de valorização de servidores da Educação", afirma Ieda.

A presidente eleita da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás (Asmego), Patrícia Carrijo, afirma que o auxílio-alimentação é pago não apenas aos magistrados, mas também a todos os servidores do Poder. "O valor segue parâmetros estabelecidos pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e existem tribunais que pagam até três vezes mais do que o adotado no Judiciário de Goiás", disse a juíza.

Em nota, o TJ-GO informou que o auxílio-alimentação foi instituído por lei complementar, o reajuste do ano passado foi informado ao CNJ e não há previsão de nova mudança de valor para 2020. "Frisamos que o TJ-GO tem respeitado a legislação vigente, bem como as orientações do CNJ, na realização em todos os pagamentos", informou o tribunal.

A reportagem procurou também a atual gestão da Asmego (Patrícia Carrijo tomara posse no dia 31 de janeiro) e foi informada de que a instituição não se pronunciaria porque apenas o TJ tem legitimidade para falar sobre valores e cálculos.

AUDITORES

Exceção dentro do Executivo, servidores da Secretaria da Economia recebem valores entre R\$ 1,1 mil e R\$ 2,1 mil de auxílio, que diz respeito a gastos com alimentação e hospedagem. O benefício corresponde a 30% da remuneração. Os auditores fiscais do Estado, que também são ligados à Economia, têm a própria regra e recebem R\$ 3,6 mil de auxílio para alimentação, hospedagem e deslocamento. Por causa do benefício de maior valor, os servidores da pasta não têm direito a diária quando viajam a trabalho.

O presidente do Sindicato dos Funcionários do Fisco do Estado de Goiás (Sindifisco), Paulo Sérgio do Carmo, afirma que o benefício de R\$ 3,6 mil foi instituído em 2016 durante a gestão da então secretária da Fazenda Ana Carla Abrão, diante da necessidade de deslocamento de membros da categoria. "Desde 2010, os auditores fiscais foram os que tiveram menor índice de reajuste salarial. Foi uma forma de suprir a defasagem e também pelo fato de trabalharmos em todo o Estado", disse Paulo Sérgio. Auditores fiscais em Goiás ganham entre R\$ 22 mil e R\$ 35 mil.

Auxílios

Veja a diferença entre os benefícios recebidos por servidores do Executivo e do Judiciário em Goiás



Auxílio-alimentação de magistrados
R\$ 1.160



Auxílio-alimentação de servidores da Educação e demais funcionários do Executivo* que ganham até R\$ 5 mil
R\$ 500

OUTROS BENEFÍCIOS DO EXECUTIVO

Auxílio para alimentação e hospedagem (Secretaria da Economia)**	30% dos vencimentos, até o valor máximo de R\$ 2.160 e no mínimo de R\$ 1.100
Auxílio para alimentação, hospedagem e deslocamento de auditores fiscais	R\$ 3.600
Prêmio incentivo para servidores da Saúde	55%, 30% e 15% para níveis superior, médio e fundamental
Ajuda de custo para servidores da SSP e Seds que trabalham no Entorno do DF e Nordeste goiano	R\$ 500 com possibilidade de acréscimo de R\$ 300, de acordo com avaliação de desempenho individual.

Gratificação por Exercício de Serviços de Saúde

Médico	R\$ 800
Enfermeiro	diferença entre a remuneração e o valor de R\$ 4 mil
Técnico em radiologia	diferença entre a remuneração e o valor de R\$ 2.895,90

Indenização de Produtividade Extraordinária Individual, para servidores da SSP	De R\$ 250 a R\$ 1.000
Adicional para Atividades de Meio Ambiente, para servidores da Semad	De 20% a 30% dos vencimentos
Adicional de Titulação, para servidores da Semad	De 10% a 30% dos vencimentos
Ajuda de custo para mudança, para servidores da SSP	R\$ 1 mil
Auxílio creche	R\$ 200 por família com renda familiar até R\$ 5 mil
Auxílio saúde	Concedido após cada seis meses consecutivos de licença, com valor equivalente a um mês de remuneração
Auxílio-funeral	R\$ 3.872,70

Fonte: Secretaria de Administração do Estado de Goiás.
*Com exceção de servidores da Secretaria da Economia. **Com exceção de auditores fiscais



Não quero dizer que precisa acabar com a carreira de juízes, mas dar importância à política de valorização de servidores da Educação"

Ieda Leal, tesoureira do Sintego

Sindipúblico quer benefício igual para todos

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público de Goiás (Sindipúblico), Nylo Sérgio Nogueira Júnior, afirma que a principal reivindicação da instituição é que o benefício de R\$ 500 seja estendido para todos os funcionários do Executivo. "Defendemos a Justiça. Fome todo mundo tem e todos precisam de alimento. Infelizmente vemos que quem tem maiores salários também têm os maiores auxílios. Defendemos que a distribuição seja

igualitária", disse o presidente. Ele afirma que o fato de servidores que ganham pouco mais de R\$ 5 mil não terem direito ao auxílio-alimentação fere o princípio da isonomia. "O fato de determinadas categorias fazerem viagens não justifica. Acredito que todos deveriam receber benefício igual e a despesa da viagem deve ser paga como diária. Já que o governador quer ser justo em todas as áreas, que faça justiça nesta". O Sindipúblico já entrou com ação na Justiça para que

todos os servidores do Executivo de Goiás recebam R\$ 500 de auxílio-alimentação. Em nota, a Secretaria de Estado da Administração (Sead) informou que está em andamento uma proposta de trabalho para analisar todas as carreiras dos servidores do Estado. "O estudo tem como objetivo entender o panorama das ocupações, e buscar a implementação de um modelo de progressão profissional e política salarial para o Estado", diz o texto.